



EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE HOSPITALAR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 02/2026

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO

1. PREAMBULO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) **ASSOCIACAO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CENTRO OESTE DO PARANA- ASSISCOP**, CNPJ 02.322.413/0001-18, por meio do(a) Departamento de licitações e planejamento, sediado(a) Rua Diogo Pinto, 1320, bairro Centro, na cidade de Laranjeiras do Sul/PR, CEP 85.301-290, neste ato representada por seu Presidente, Sr. ELIO BOLZON JUNIOR, na forma Eletrônica, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, torna pública a realização de **CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE HOSPITALAR PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS - ATENÇÃO BÁSICA EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DOS ENTES CONSORCIADOS**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Plataforma: Licitanet – www.licitanet.com.br

2. OBJETO

O presente edital tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE HOSPITALAR PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS - ATENÇÃO BÁSICA EM CARATER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DOS ENTES CONSORCIADOS**, conforme as condições estabelecidas no presente instrumento e seus anexos.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto deste edital, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO



4.1. Poderão participar deste credenciamento as empresas interessadas:

- a. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos; e
- b. Devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES,
- c. Ter sua sede na região de abrangência do consórcio ASSICOP e entorno;
- c. Regularmente estabelecida no País e que satisfaçam integralmente as condições deste edital e seus anexos;
- d. As entidades filantrópicas e sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde.

5. DAS CONDIÇÕES DE IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Não poderão participar do Credenciamento os interessados que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com órgãos públicos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

5.2. Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

5.3. Que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

5.4. Que estejam reunidas em consórcio, que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

5.5. Cujos sócios sejam servidores, cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau, de servidor público do CIS5ªRS, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.

5.5.1. Os servidores e funcionários ocupantes de cargo médico sócios das empresas credenciadas, inobstante o disposto no artigo 9, inciso III da Lei 8.666/93, poderão ser contratados observada a compatibilidade horários, cujo cumprimento será aferido pela administração nos termos do acórdão 201/2020 do TRIBUNAL PLENO do TCE-PR.



5.6. Não poderão participar no Credenciamento os anteriormente descredenciados por algum consórcio por descumprimento de cláusulas contratuais ou irregularidades na execução dos serviços prestados.

6. DA INSCRIÇÃO DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. O cadastramento será amplamente divulgado e estará aberto aos interessados durante a vigência do presente edital, obrigando a ASSISCOP proceder, no mínimo, anualmente, a divulgação de edital através da imprensa oficial.
- 6.2. Os interessados poderão inscrever-se para Credenciamento a partir da publicação do Aviso de Edital de Credenciamento Público na imprensa oficial e Diário Oficial Eletrônico e no site do CIS5ªRS.
- 6.3. Serão considerados credenciados os Profissionais Pessoa Jurídica, que apresentarem os documentos enumerados no **ITEM 5** deste instrumento;
- 6.4. Os interessados poderão solicitar a inscrição no Credenciamento durante o período de validade do presente edital, a qualquer momento a partir da data de lançamento deste edital e seus anexos. O presente Edital estará à disposição dos interessados, no site da ASSISCOP e através do e-mail assiscoplicitacao@gmail.com.
- 6.5. Na eventualidade do interessado não ter acesso à internet, a retirada do Edital poderá ser feita nos dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, diretamente na sede da ASSISCOP.

7. HABILITAÇÃO

- 7.1.1. Requerimento, conforme modelo II;
- 7.1.2. Habilitação Jurídica
 - 7.1.2.1. **Registro Comercial**, no caso de empresa individual;
 - 7.1.2.2. **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, incluindo a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
 - 7.1.2.3. **Inscrição do Ato Constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - 7.1.2.4. **Decreto de Autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização



para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.2.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.1.2.6. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela Secretaria da Receita Federal;

7.1.2.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

7.1.2.8. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito (ou Positiva com Efeitos de Negativa) ou documento equivalente do Estado sede da licitante na forma da lei;

7.1.2.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito (ou Positiva com Efeitos de Negativa) ou documento equivalente do Município sede da licitante na forma da lei;

7.1.2.10. Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei; fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF, através do site www.caixa.gov.br;

7.1.2.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, através do site www.tst.jus.br

7.2. Qualificação Técnica

7.2.1. Certificado de Regularidade da pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Medicina - CRM;



- 7.2.2. **Certificado de Regularidade da pessoa física** junto ao Conselho Regional de Classe CRM/COREN do(s) profissional(is) que compõem o quadro mínimo indicado;
- 7.2.3. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;**
- 7.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**
- 7.3.1. **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo de emissão não superior a cento e oitenta (180) dias, contados retroativamente da data de abertura da licitação.
- 7.3.2. Deverão constar no Envelope, ainda, **Declarações da Licitante**, elaboradas em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, sob as penas da lei;
- 7.3.3. De **Responsabilidade**, conforme modelo constante no Anexo III do presente edital;
- 7.3.4. De **Inexistência de Fato Impeditivo e de Idoneidade** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, conforme modelo constante no Anexo IV, do presente edital;
- 7.3.5. De **Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal**, de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem com menos de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, conforme modelo constante no Anexo V do presente edital;
- 7.3.6. De observância ao artigo 14 da Lei 14.133/2, apontando que a empresa participante não possui sócios, dirigentes ou cotistas com parentesco com membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação, conforme modelo constante no Anexo VI, do presente edital;
- 7.3.7. Demais anexos do Edital;
- 7.4. A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos, ou sua apresentação em desconformidade com o presente edital implicará na inabilitação da proponente.
- 7.5. As certidões obtidas pela internet estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pela Comissão de Credenciamento.



- 7.6. A Comissão de Credenciamento/ Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 7.7. Os documentos que não contém data de validade serão aceitos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias a contar da data de recebimento pela Comissão Permanente de Licitações.

8. DOS DOCUMENTOS

- 8.1. Para o credenciamento todos os documentos deverão ser apresentados em envelope fechado e indevassável, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ - ASSISCOP

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02-2026/ASSISCOP CREDENCIAMENTO N.º 02-2026/ASSISCOP

NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE HOSPITALAR LICITANTE:

CNPJ:

- 8.2. O envelope contendo a documentação para o Credenciamento deverá ser protocolado no diretamente na ASSISCOP no setor administrativo, sediada à Rua Diogo Pinto, 1320, Centro, Laranjeiras do Sul/PR, CEP 83.301-290, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, durante o período de vigência do presente Edital.
- 8.3. A apresentação dos documentos PARA CREDENCIAMENTO, em desconformidade com o disposto no Edital ou com os modelos descritos nos respectivos anexos, será fundamento para o não credenciamento da Proponente.
- 8.4. Todos os anexos deverão ser impressos em papel com identificação da empresa a ser credenciada em 01 (uma) via assinada e carimbada.
- 8.5. Todos os anexos deverão ser impressos em papel com identificação da empresa a ser credenciada em 01 (uma) via assinada e carimbada.
- 8.6. Para os interessados já credenciados no Credenciamento Público nº. 02/2026, caso desejem incluir novos profissionais, itens ou quantidades, poderão apresentar o Requerimento para Inclusão de Plantões Médicos – atenção básica



em caráter complementar, conforme **anexo**, respeitando o prazo de sua validade, nos termos da Lei de Licitações.

- 8.7. A entrega da documentação acima estabelecida implica manifestação de interesse no credenciamento, bem como aceitação e submissão, independente de manifestação expressa, a todas as normas e condições deste Edital;
- 8.8. Na ausência de qualquer dos documentos, a empresa/prestador será(ão) informado(s) via e-mail para regularização do mesmo, sendo que, após 10 dias sem retorno/regularização, os documentos serão descartados e nova documentação deverá ser apresentada.
- 8.9. A inexatidão de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado do processo de credenciamento, anulando-se a participação, bem como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativas, cível ou criminal;

9. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO

- 9.1. Os interessados poderão solicitar a inscrição no CREDENCIAMENTO, a qualquer momento a partir da data de publicação do presente edital, sendo suas inscrições proporcionalmente adequadas ao período remanescente de vigência do Credenciamento, 12 (doze) meses, prorrogável a critério da administração.
- 9.2. Cumpridas as exigências edilícias, os serviços serão cadastrados pela ordem de apresentação dos envelopes contendo os documentos de habilitação junto ao setor de Licitações e Contratos do Consórcio, qualquer pendência no processo de habilitação não inviabilizará a continuidade do processo de credenciamento dos demais interessados;
- 9.3. É facultada à Comissão de Credenciamento/Licitação a promoção de diligências ou reuniões destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do Credenciamento, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos interessados que deverão ser satisfeitos no prazo estabelecido.
- 9.4. Não será considerado credenciado aquele que deixar de apresentar a documentação solicitada ou apresentá-la com vícios, defeitos ou contrariando qualquer exigência contida neste instrumento.



- 9.5. Neste caso, o interessado será comunicado, para que corrija as falhas encontradas em sua documentação, reapresentando-a para novo exame.
- 9.6. Serão considerados credenciados aqueles que atenderem todas as exigências contidas neste Edital.
- 9.7. Uma vez ratificado o CREDENCIAMENTO a autoridade competente expedirá o contrato administrativo para publicação, no Diário Oficial.
- 9.8. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital de Credenciamento Público, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de credenciamento;
- 9.9. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o cadastramento do inscrito que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas;
- 9.10. A quantidade de plantões a ser repassada ao credenciado será, de acordo com a necessidade e demanda apresentada pelo município;
- 9.11. A quantidade de plantões constantes na programação, não representam necessidade imediata e podendo ser alterada a qualquer momento;
- 9.12. Fica o credenciado responsável por manter em dia todas as Certidões Negativas exigidas neste edital, sendo que a ausência ou irregularidade destas implicará na suspensão imediata dos atendimentos dos profissionais destas empresas;
- 9.13. Somente serão efetivados novos serviços se houver demanda;
- 9.14. No curso do contrato poderão ser admitidos novos credenciados de acordo com oportunidade e conveniência da administração e conforme demanda, assim poderão ocorrer revisão e redistribuição das quantidades de plantões aos já credenciados;
- 9.15. Todas as contratações são para prestação de serviços, sendo que elas não geram vínculos empregatícios e serão remuneradas pela quantidade de serviços efetivamente prestados;
- 9.16. Cada parte, na execução do processo de credenciamento, deve arcar no âmbito de suas respectivas responsabilidades com toda e qualquer despesa de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou



indenizatória, não possuindo o credenciado qualquer vínculo empregatício com a ASSISCOP;

9.17. O credenciado se submeterá a contratação mínima de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável a critério da administração, sendo que a eventual suspensão ou intenção de credenciamento dos serviços deverá ser solicitada com 90 (noventa) dias de antecedência, através de solicitação escrita;

9.18. A contratada deverá manter, obrigatoriamente, no mínimo 02 (dois) profissionais médicos atuando simultaneamente nos períodos caracterizados como de maior movimento hospitalar, assegurando adequada cobertura assistencial, de forma eficiente e satisfatória, com redução do tempo de espera, continuidade do atendimento e a manutenção da qualidade e segurança dos serviços prestados à população, conforme especificação do Termo de Referência e demais anexos.

9.19. DAS PENALIDADES

9.20. O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à credenciada, das sanções do art. 156 da Lei 14.133/21.

10. DO RECURSO

10.1. Aos interessados é assegurado o direito de interposição de recurso, nos termos do art. 164 e seguintes da Lei nº. 14.133/21.

10.2. Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocolados na ASSISCOP, Rua Diogo Pinto, nº. 1320, Centro, Município de Laranjeiras do Sul, ou por e-mail no endereço eletrônico, assiscoplicitacao@gmail.com,

10.3. A comissão de licitação, a qual terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para reconsiderá-lo ou encaminhá-lo para análise do Gestor, que terá igual prazo para análise e decisão;

10.4. Decidido em todas as instâncias administrativas sobre os recursos interpostos, o resultado do processo de credenciamento será divulgado por meio de publicação oficial.

10.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



11. FORMA DE PAGAMENTO

- 11.1. A CONTRATADA terá direito somente aos valores pactuados, não podendo solicitar repasse de valores referentes a quaisquer outros procedimentos médicos realizados, não constantes da planilha do Anexo I.
- 11.2. O pagamento pela prestação dos serviços será realizado mensalmente, de acordo com a avaliação das **metas quantitativas e qualitativas**, conforme Anexos I e II deste edital, realizada pela comissão de acompanhamento e avaliação que aplicará os indicadores e procederá a classificação mensalmente;
- 11.3. A comissão de acompanhamento e avaliação, aplicará os indicadores até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, subsequente ao vencido, onde será emitida a ata de classificação mensal, juntamente com as planilhas de **metas qualitativas e quantitativas**.
- 11.4. A apresentação de Nota Fiscal, juntamente com o relatório de atendimentos realizados, ata da comissão de avaliação e acompanhamento aprovados no período, por parte da credenciada, deverá ocorrer até o dia 10 (dez) de cada mês.
- 11.5. O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente e diretamente em conta bancária da CONTRATADA, com base na classificação, será realizado em no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal.
- 11.6. A liberação do pagamento fica vinculada à comprovação da efetiva prestação dos serviços e da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.
- 11.7. Caso se constate irregularidade nas faturas apresentadas, o ASSISCOP, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-las para as devidas correções. Na hipótese de devolução as faturas serão consideradas como não apresentadas para fins de atendimento às condições contratuais.
- 11.8. Na hipótese de qualquer dos Municípios consorciados implantar, durante a vigência do credenciamento, atendimento próprio ou ampliar a capacidade instalada de sua rede pública de saúde para a realização dos procedimentos objeto deste credenciamento, o quantitativo de atendimentos originalmente



estimado será revisto e abatido de forma proporcional, considerando-se a redução efetiva da demanda encaminhada ao Consórcio.

- 11.9. O abatimento será apurado com base no valor unitário por hora de atendimento, conforme Anexo X.
- 11.10. O abatimento proporcional incidirá exclusivamente sobre os atendimentos correspondentes ao Município que passou a realizar o atendimento por meios próprios, não gerando direito à indenização, compensação financeira ou reequilíbrio econômico-financeiro em favor do(s) prestador(es) credenciado(s).
- 11.11. A revisão do quantitativo será formalizada por meio de ato administrativo do Consórcio, devidamente motivado, observados os princípios da razoabilidade, da economicidade e do interesse público, permanecendo inalterados os valores unitários dos procedimentos efetivamente realizados.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Constituem motivos para o descredenciamento o não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições do Contrato, a constatação de subcontratação ou terceirização de quaisquer serviços contratos por meio deste Credenciamento Público, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 14.133/21.
- 12.2. Em caso de ocorrência de fatos que possam motivar a eventual rescisão contratual, havendo a possibilidade de interrupção das atividades em andamento, e esta por dolo ou culpa, causar prejuízo à população, obrigatoriamente será observado o prazo de 90 (noventa) dias para ocorrer a referida declaração da rescisão.
- 12.3. O CREDENCIADO é obrigado a prestar atendimento a todos os usuários sem discriminação de qualquer ordem, sob pena de descredenciamento;
- 12.4. É facultado à Comissão de Credenciamento/Licitação, em qualquer fase, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no envelope protocolado.
- 12.5. A autoridade competente para a aprovação do credenciamento poderá revogá-lo, a qualquer tempo, em face de razões de interesse público, por



motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

- 12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.7. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.
- 12.8. A conferência realizada no recebimento dos serviços não exime a responsabilidade única e exclusiva da empresa CONTRATADA, com referência à qualidade, nos termos do Código Civil Brasileiro e do Código de Defesa do Consumidor vigentes.
- 12.9. A ASSISCOP poderá, a qualquer tempo, realizar novos credenciamentos, de qualquer interessado, pessoa jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital.
- 12.10. É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente Edital.
- 12.11. O CREDENCIAMENTO não caracterizará, em hipótese alguma, vínculo empregatício com o ASSISCOP.
- 12.12. O Edital ficará publicado no site do ASSISCOP, no Portal da Transparência o edital na íntegra, para que, a qualquer tempo, novos credenciamentos, de qualquer interessado, pessoa jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital, possa ser realizado.
- 12.13. O instrumento contratual será publicado, em forma de extrato, no diário e site oficial do consórcio.
- 12.14. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro da comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.
- 12.15. Fica estabelecido como data inicial para credenciamento a data de 10 de fevereiro de 2026.



13. ANEXOS DO EDITAL

13.1. Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência contendo tabela de serviços de saúde Hospitalar em caráter complementar à rede municipal de saúde dos entes consorciados;

ANEXO II – Relatório de Acompanhamento e avaliação de metas quantitativas e qualitativas.

ANEXO III - Modelo de Requerimento de Credenciamento;

ANEXO IV - Modelo de Declaração de Responsabilidade;

ANEXO V - Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo e de idoneidade;

ANEXO VI - Modelo de declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da CF;

ANEXO VII - Modelo de declaração de Atendimento ao artigo 14 da Lei 14.133/21;

ANEXO VIII – Modelo de declaração de responsável pela empresa;

ANEXO IV – Modelo de requerimento para inclusão de profissionais;

ANEXO X – Valor/Hora

ANEXO XI - Minuta do Contrato

Laranjeiras do Sul, 25 de março de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR

Presidente do Consórcio ASSISCOP